

Eleições para o Parlamento Europeu

Programa Eleitoral

1999

PSD
EUROPA
99

B... ..TECH
-PSD-

PROGRAMA ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS 13 DE JUNHO DE 1999

No momento em que se realizam estas eleições europeias, há, pela primeira vez desde o fim da II Guerra Mundial, uma guerra na Europa. Há sofrimento, terror, mortes, destruição de bens e recursos, violação sistemática dos direitos humanos, “limpezas étnicas”, crimes de guerra, mortos civis. A um ano do ano 2000 esta realidade trágica, que ninguém pensava até há pouco ser possível, lança uma sombra de preocupação sobre o próximo século, e obriga-nos a olhar para a construção da Europa com nova exigência.

Atravessada no passado pela cortina de ferro e pelo muro de Berlim, **a Europa corre hoje o risco de ser dividida de novo por uma outra fronteira de desespero, ódio, incompreensão, miséria, e violência.**

Mais perigosa do que no passado, essa ferida aberta na Europa, é hoje muito mais indefinida e volátil. Não é feita de liberdades domadas pela ditadura e pelo terror, mas da perda das esperanças, do ressentimento, da humilhação. **Trata-se de uma combinação perigosa, muito perigosa e que nos diz directamente respeito, porque essa esperança que se perdeu, e que hoje se traduz em humilhação e ressentimento, é a perda de esperança na própria Europa, nas suas instituições e na sua força.**

Muita coisa falhou a Leste, mas entre as coisas que falharam conta-se a capacidade política integradora das instituições europeias que olharam com demasiada complacência o que se estava a passar.

As instituições europeias foram construídas desde a II Guerra Mundial exactamente para evitar o que hoje acontece. Foram feitas para evitar em primeiro lugar uma guerra na Europa, uma Europa que, desde que existe como identidade, nunca conhecera um período de paz tão longo como o que durou de 1945 até hoje. **Essa paz foi feita pela Comunidade Europeia, pela União Europeia, pela OTAN, pelas democracias construídas na guerra fria, contra o totalitarismo. Mas hoje vê-se que não foi suficiente.**

Nos últimos anos, **o ideal europeu foi transformado numa questão de dinheiro, de fundos, de subsídios, e esquecemo-nos desta dimensão inicial e fundadora, aquela aliás que permitiu que a Europa se fizesse.**

Frente ao momento mais perigoso das últimas décadas, assiste-se a um cepticismo europeu na opinião pública de muitos países, e a um crescente egoísmo nacional que as recentes dificuldades para concluir a chamada Agenda 2000 revela.

Tudo isto aconteceu e está a acontecer **numa Europa onde os socialistas são hoje governo na maioria dos países, logo responsáveis pelo governo actual das instituições europeias.** Há quem não goste de ver isto lembrado, de tornar este factor invisível. Não é o nosso caso.

A Europa tornou-se crescentemente numa ideia administrativa e burocrática, denominada por uma retórica europeísta, a que faltava em vontade política, o que sobrava em palavras. Em vez de se explorar completamente o que já existia no plano institucional e político, passou a querer-se cada vez mais resolver o défice de decisão pelo experimentalismo político, utópico e insensato.

Aqui corre-se hoje **o sério risco de ver esgotado e não renovado o impulso que levou a ideia europeia do pós-guerra aos nossos dias, e que garantiu à Europa este longo passado de paz e de prosperidade.**

A construção da União Europeia e do “euro” representam os momentos finais desse impulso hoje aparentemente esgotado. **Os Governos socialistas, que hoje são maioritários, estão associados e esse cepticismo sobre a Europa, a que devem as suas vitórias eleitorais.** Por detrás da retórica das boas intenções europeias, cresceram e viveram da falta de confiança no futuro da Europa.

Por tudo isto **é vital voltar à Europa dos fundadores, voltar à Europa como ideia política destinada a garantir em primeiro lugar a paz, a segurança, o bem estar, a justiça social, os direitos humanos, e a democracia.**

Os políticos que construíram a Europa - na sua esmagadora maioria da família política que integra o PPE - sabiam que só podia ser assim. E foi assim até à última grande revolução política que foi a unificação alemã, que convém lembrar foi

também obra de um político democrata-cristão com a forte oposição dos socialistas.

Esta intenção inicial foi progressivamente sendo esquecida.

Por tudo isto queremos falar da Europa com uma linguagem nova, com preocupações novas e ideias novas. Da Europa do fim do século que temos de defrontar no decurso do nosso mandato europeu e que será muito diferente da que originou o Tratado de Roma ou de Maastricht.

— **E nesta nova Europa as diferenças vão ser mais de visões políticas do que de modelos salvíficos, vão ser mais de qualidade dos homens políticos, do que de expressões de engenharia política europeia.**

Não contem connosco para continuar a alimentar polémicas como as do federalismo, que podiam ter algum sentido há dez anos atrás e que só continuam vivas por distração ou descuido, ou por falta de trabalho de casa. Os problemas agora são outros - são de visão política e não de modelos de organização.

A chave para muito do futuro da Europa vai estar por isso no debate público em cada país, e o Parlamento Europeu pode aí dar uma contribuição decisiva, suscitando os problemas políticos na sua especificidade europeia.

— **O nosso adversário são os socialistas em Portugal e na Europa. Os socialistas são as personagens erradas para este tempo difícil e duro. Lá como cá, decidem pouco e mal.**

Lá como cá, são os mais conservadores, os que melhor se instalam. Lá como cá, ameaçam, pela inércia e a indecisão, acabar com o melhor que havia na ideia europeia, e fomentar os egoísmos nacionais e a subserviência aos interesses ideológicos da sua fraternidade política.

Dito tudo isto as nossas linhas de orientação são as seguintes. Em tudo elas nos separam dos nossos adversários:

1. **Retomar a linguagem da Europa dos fundadores**, uma Europa como ideia política destinada a assegurar em primeiro lugar a paz, a segurança dos Europeus, a democracia, a justiça social e o bem estar;
2. Compreender que **é nos fundamentos culturais e civilizacionais da Europa que se encontra a fonte da paz e segurança dos povos e nações europeus**, o que significa que a Europa não pode viver em paz se de um lado houver uma Europa rica, contente consigo própria, egoísta e surda, e do outro uma Europa pobre e humilhada, entre semi-democracias e ditaduras, tornando-se crescentemente anti-ocidental. Ou seja **a Europa tem que ser construída de forma coerente, global, desinteressada, solidária e, como se dizia antes para caracterizá-la, “do Atlântico aos Urais”**.

-
3. **Combater o egoísmo nacional dos países mais ricos da Europa**, que beneficiam do mercado único e da crescente integração da economia europeia e, sob a liderança dos socialistas, se tem tornado cada vez mais os instrumentos de uma Europa tecnocrática, administrativa e sem alma, que gera cepticismo e descrença na opinião pública.
Se continuarmos como estamos podemos ter que gastar em armas o que alguns pretendem poupar no esforço de coesão.
-
4. **Defesa intransigente dos interesses portugueses numa perspectiva europeia**. Portugal não está na Europa para mendigar apoios, mas para, por direito próprio, conseguir aquilo que deve caber-lhe, sem quebra do empenhamento europeu.
-
5. **Valorização da identidade cultural e histórica de Portugal e dos portugueses**. Sobre o homem económico não se constrói a independência de qualquer povo, mas apenas sobre o homem histórico e cultural. Menosprezar o significado estratégico de cultura como factor de identidade e riqueza, é esquecer que este é o factor essencial que permite que haja uma Europa das nações, sem sentimento de perda para cada uma delas, e que se a Europa não for das nações, pura e simplesmente não será.
-
6. **Combater sem intransigência aquilo que a hegemonia dos socialistas na política europeia está a trazer à Europa, que é encontrar num inimigo externo - os EUA como eles o imaginam - as culpas da sua própria fragilidade**.

7. **Apresentar uma equipa para trabalhar e não uma lista de funcionários políticos.** Os candidatos do PSD são candidatos a sério. São para trabalhar no Parlamento Europeu, onde sempre os deputados do PSD se destacaram entre os melhores junto com os de outro partido que não é certamente o PS. São candidatos para defender Portugal e os seus interesses, contra o que e quem for necessário, sem se calarem em nome de irmandades políticas e ideológicas, que não colocam acima do interesse nacional.

O nosso portuguesismo e o nosso europeísmo - duas faces de uma mesma moeda política e cultural, com um significado complementar - não pedem meças a ninguém. Não sofremos de qualquer problema de identidade europeia porque estamos seguros da nossa identidade portuguesa.

O PSD sempre se considerou com orgulho o partido mais português de Portugal. Não significa isto que outros não o sejam ou não o sintam - mal de nós se nos considerarmos capazes de passar atestados de portuguesismo. Mas só nós o dissemos e dizemos, por que temos um orgulho político e nos identificamos com a nossa história, com a nossa cultura, com o nosso saber, com as nossas virtudes e os nossos defeitos.

É com este espírito e com esta força que vamos para a Europa e também que pretendemos trazer para Portugal o debate sobre as grandes questões europeias.

UMA EUROPA DAS PESSOAS, ASSENTE NA CIDADANIA

A união mais estreita entre os povos europeus e a existência de uma comunidade viva, participada e democrática exige o reconhecimento e o reforço dos direitos dos cidadãos europeus. Ser cidadão europeu significa não apenas a existência de direitos e deveres de carácter económico ou social, mas a garantia do reconhecimento de um estatuto, devidamente formalizado, que identificando direitos e deveres, promova uma maior participação dos cidadãos na construção europeia e ajude a criar uma consciência política e uma opinião pública europeia.

Uma das tarefas essenciais da Europa pós-económica e do desenvolvimento democrático da União Europeia tem a ver, com o reconhecimento e o respeito dos direitos fundamentais, com a proibição de discriminações (em razão do sexo, raça, origem étnica, religião, idade ou deficiência) e com a diminuição de restrições ou a ampliação a alguns direitos e liberdades.

O reforço da identidade europeia e o aprofundamento da cidadania impõem uma maior transparência no funcionamento das instituições e uma grande preocupação com a qualidade e a clareza da informação que permite a opinião e que faz a cidadania.

Os portugueses que vivem e trabalham nos restantes países da Europa comunitária são os nossos primeiros cidadãos europeus. A atribuição e o reconhecimento de direitos sociais e políticos, para além dos que decorrem directamente da liberdade de circulação, são já uma realidade. Mas o caminho está apenas iniciado. A Carta Social é, para nós, mais do que uma simples declaração de intenções. Define direitos e deve guiar a política social europeia. Defendemos, por isso, o seu integral cumprimento.

A defesa dos valores comuns europeus passa pelo respeito dos migrantes de origem extra-europeia que se fixaram em tantas cidades e regiões da Europa, por forma a garantir-lhes, por um lado, o direito à diferença das suas especificidades religiosas e culturais e, por outro, uma integração harmoniosa e valorizadora nas sociedades de acolhimento. Entre nós, o caso mais evidente situa-se na Área Metropolitana de Lisboa, tornando-se urgente acorrer à situação em que se encontram, garantindo a dignidade dos migrantes, a sua inserção social, o direito dos seus filhos à educação, a valorização cultural e profissional, e a rejeição das práticas de discriminação social.

Nem a Europa nem Portugal podem continuar a ver nesses migrantes meros contingentes de “mão de obra barata”, instalada em guettos, ligada à droga e ao crime, e incapazes de sucesso. **E Portugal deve reivindicar perante a Europa o reconhecimento da especificidade das relações que mantém com as suas antigas colónias, com todos os reflexos que tal situação acarreta na situação dos migrantes que delas são provenientes.**

Uma Europa das pessoas tem de ser uma Europa em que elas possam viver em segurança, sem os flagelos do crime organizado e da droga, do racismo e do terrorismo. O PSD apoiará todas as medidas de cooperação entre os Estados membros que permitam aperfeiçoar os dispositivos já existentes e alcançar este objectivo no espaço europeu.

A EUROPA DAS IDENTIDADES E CULTURAS NACIONAIS

O PSD considera a cultura uma das suas prioridades estratégicas por entender que dela decorre um reforço necessário da nossa identidade nacional que é imprescindível à construção de uma União Europeia forte e coesa, alicerçada numa Europa das nações.

A cultura de cada país constitui o seu “bilhete de identidade” no interior da mesma e grande família europeia. As diferenças de fisionomia e maneira de ser entre os seus vários membros não prejudicam a família: identificam-na, reforçam-na, aumentam-lhe as potencialidades, permitem-lhe a sua afirmação como todo, proporcionam-lhe a paz.

Estas questões de civilização, cultura e identidade são fundamentais para a coesão e a segurança europeias e para a afirmação da Europa no mundo. Mas também são fundamentais para a governação da Europa, para a correcta perspetivação do seu alargamento, para uma equilibrada distribuição dos recursos postos em comum.

Assim, **a própria prosperidade material dos países que formam a Europa depende de uma consideração permanente destes valores**, dos quais decorrem imperativos de solidariedade própria entre os países membros da União e horizontes de alargamento abertos aos países europeus que ainda não fazem parte dela.

É neste quadro que para Portugal se torna essencial bater-se por políticas mobilizadoras ligadas à cultura no quadro da União Europeia e das suas instituições.

Como país europeu, Portugal tem de conhecer cada vez melhor os seus parceiros e dar-se-lhes a conhecer. Tem de ser, por direito próprio, um dos sujeitos e protagonistas da criação cultural europeia, num momento **em que às quatro liberdades já garantidas aos cidadãos europeus, de circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais, vem acrescentar-se e ganhar especial relevo o reconhecimento institucional a chamada “quinta liberdade”, ligada à circulação das ideias e das criações do espírito humano.**

Trata-se de contribuir para o que já foi chamado o desenvolvimento “da consciência do espaço comum e das suas potencialidades” e para dinamizá-lo enquanto espaço de liberdade e criação.

Os deputados do PSD ao Parlamento Europeu intervirão assim em todas as oportunidades relativas às políticas e modalidades de encorajamento da vida cultural, ou que, directa ou indirectamente, a esta digam respeito, na perspectiva da criação de suportes financeiros, das regulamentações de enquadramento e incentivo, das políticas fiscais, das provisões sociais, das matérias conexas com a educação, da defesa do património construído e móvel, dos apoios à criação literária e artística, das políticas de ciência, dos intercâmbios culturais, do turismo, dos migrantes, das populações rurais, das minorias, dos *media*, etc.

Desta enumeração, destacamos algumas linhas de orientação que nos propomos defender no âmbito do programa Cultura 2000:

- Defesa, promoção e valorização do programa *Porto, capital europeia da cultura - 2001*, nos termos entretanto tornados públicos.
- Promoção de medidas que favoreçam a projecção internacional da língua portuguesa, como poderoso e insubstituível instrumento de criação cultural europeia e de contacto com importantíssimas áreas do mundo situadas fora da Europa.
- Promoção de medidas que desenvolvam e aprofundem os resultados já conseguidos pelos programas Caleidoscópio, Ariane e Rafael, bem como a progressão equilibrada das linhas de actuação que a União venha a ter nesta matéria, apostando no conhecimento mútuo das culturas e da história europeias, no diálogo das culturas e na interacção das criatividades, na valorização do património, no papel sócio-económico das infra-estruturas vocacionadas para a cultura e na contribuição desta para o desenvolvimento.
- Promoção de medidas para valorização da criação cultural europeia, dentro do espaço europeu e perante a produção cultural das outras áreas do mundo. A Europa deve organizar grandes manifestações de diálogo e intercâmbio entre os seus países e também com os outros continentes, envolvendo nelas os seus escritores e os seus artistas e criando quadros idóneos para o desenvolvimento desse processo.

- Defesa de medidas relativas às chamadas indústrias da cultura europeias, por forma a aumentar-lhes o papel positivo e pluridisciplinar, sem marginalização de quaisquer países membros, e a propiciar o seu papel de factor de desenvolvimento.
- Defesa de medidas que protejam eficazmente o direito de autor, dentro e fora da Europa e face às novas tecnologias da informação.

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Alguns dos problemas com que a Europa se debate são particularmente sentidos em Portugal (como é o caso dos níveis de educação e formação) ou sê-lo-ão a prazo (como no caso do desemprego, já que a baixa taxa de desemprego em Portugal não decorre de uma boa saúde das empresas).

Os deputados do PSD no Parlamento Europeu comprometem-se a desenvolver a sua acção no sentido de contribuirem para defender para a Europa e, em particular no que se reporta aos programas que envolvem Portugal:

- **Uma melhor educação para todas as crianças**, o que passa por uma educação pré-escolar universal e de qualidade e por uma educação básica que desenvolva as capacidades intelectuais, sociais e morais visando a formação de cidadãos solidários, capazes de compreender o mundo em que vivem, as tradições de que são herdeiros e aptos para assumirem a construção do seu futuro individual e colectivo;
- **Uma melhor educação secundária e superior** que garanta o domínio eficaz dos conhecimentos e das técnicas e desenvolvam um pensamento rigoroso, espírito criativo e capacidade de inovação;
- **Uma formação profissional inicial** que permita aos europeus responder aos desafios de um mundo em acelerado processo de transformação tecnológica;

- **Uma formação contínua** que seja, simultaneamente, educação de segundo recurso para quem dela não usufruiu em devido tempo e preparação, ao longo de toda a vida, para responder às novas exigências colocadas por um mundo em mudança;
- **Um forte investimento em políticas de investigação e desenvolvimento** que garantam competitividade exterior;
- **Uma política de apoio aos professores de todos os graus de ensino** e à dignificação do seu papel na vida da Europa, envolvendo designadamente a criação do **estatuto do professor europeu**, proporcionando estímulos a todos os docentes que se empenhem em contribuir para o aprofundamento da problemática europeia junto dos seus alunos.

A JUVENTUDE

A juventude, os seus objectivos e as suas prioridades têm de estar no centro das atenções da União Europeia. Associar os jovens europeus a um projecto de desenvolvimento e de sociedade, ir ao encontro das suas preocupações, é escolher, com responsabilidade, o futuro que queremos.

Uma melhor e mais qualificada educação constitui a chave do desenvolvimento económico e social, pedra angular para um futuro que se quer mais próspero, mais justo e mais digno.

Vamos pois trabalhar para alcançar nomeadamente os seguintes objectivos:

- **Promover a concessão de bolsas para estudantes em universidades de outros Estados Membros, tendo em conta no seu montante as diferenças de custo de vida entre os países da UE;**
- **Incentivar a cooperação entre empresas e universidades, bem como com outros estabelecimentos de formação pós-secundária, apoiando a inserção dos jovens no mercado de trabalho;**
- **Promover o reconhecimento mútuo dos estudos e curricula académicos e das regras de acesso às universidades;**

- Promover a intensificação da cooperação entre estabelecimentos de ensino através do intercâmbio de informações e experiências;
- Promover o acesso dos jovens às novas tecnologias encorajando a sua participação na investigação científica;
- Promover a formação profissional contínua;
- Intensificar formas de turismo cultural destinadas aos jovens, quer como via de conhecimento da Europa, quer como formação profissional específica.

Os programas de mobilidade juvenil e estudantil - Erasmus, Sócrates, Juventude para a Europa, Serviço Voluntário Europeu - têm-se traduzido por uma grande adesão por parte dos jovens europeus. O defeito foi, aliás, serem vítimas do seu próprio sucesso - demasiada procura para o orçamento disponível.

A política de mobilidade juvenil deverá prosseguir, com novos programas, novos instrumentos e maior dotação orçamental.

Investir na mobilidade dos jovens europeus é investir na aprendizagem prática do conceito de cidadania europeia. É fundamental que os jovens conheçam a Europa - os seus lugares, os seus valores e a sua história.

Defenderemos acções orientadas no sentido:

- da mobilidade de jovens estudantes **universitários**, da cooperação entre universidades europeias e do **reconhecimento** de períodos de estudo na Europa;
- da mobilidade de alunos do **ensino secundário**, do estabelecimento de parcerias e de intercâmbio entre escolas secundárias;
- da mobilidade e intercâmbio de **professores** do ensino superior e do ensino básico e secundário;
- da aposta na **educação à distância** para todos os níveis de ensino;
- do **intercâmbio associativo, cultural e desportivo** de jovens europeus;
- da promoção de acções de voluntariado de carácter **humanitário e de acção social**;
- da aprendizagem, no terreno, do processo de construção europeia e do conceito de **cidadania** europeia;
- da cooperação e intercâmbio com jovens de países que não fazem parte da União Europeia - nomeadamente, os **países de Leste**.
- **apoio, cooperação e intercâmbio** com jovens de Timor, Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe.

A EUROPA DA COMPETITIVIDADE, DO DESENVOLVIMENTO E DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

Nas vésperas de um novo Milénio a Europa confronta-se com um desafio sem paralelo: **assegurar a competitividade, o crescimento económico e o emprego em todas as suas regiões**, num contexto de crescente globalização e de liberalização da economia mundial.

A introdução do Euro oferece um enorme potencial para uma maior prosperidade e crescimento na Europa. Mas, **o Euro só por si não poderá garantir o sucesso económico se não forem entretanto levadas a cabo pelas instituições europeias as necessárias reformas estruturais dos mercados de bens, trabalho e de capitais bem como a intensificação de programas de protecção do ambiente, desenvolvimento tecnológico e investigação científica.**

Só deste modo serão criadas condições para uma Europa assente na justiça social e na coesão.

As nossas preocupações fundamentais incluem as questões relativas ao ambiente, à agricultura e pescas, à indústria e às pequenas e médias empresas.

Ambiente

Os deputados do PSD continuarão a defender uma política de ambiente que tenha por objectivo preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente e proteger a saúde das pessoas, procurando igualmente assegurar a utilização prudente e racional dos recursos naturais, bem como contribuir para a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente.

De acordo com os princípios consagrados em Amesterdão bater-nos-emos pela integral protecção do ambiente nas restantes políticas comunitárias e pela defesa de um desenvolvimento sustentável ou seja um crescimento económico de longo prazo em moldes que assegurem a protecção do ambiente, não comprometendo as perspectivas das gerações futuras.

Não há nada que seja tão comum e, simultaneamente, tão essencial aos cidadãos de um continente como a qualidade da água que bebem, do ar que respiram e do solo que cultivam.

Desta forma, a preservação do meio ambiente, pensada e aplicada em conjunto, terá de ser finalmente assumida como uma das missões fundamentais da União Europeia, orientada no sentido da:

- **Aplicação eficaz do conceito de país poluidor-pagador e seu desdobramento até às empresas e aos indivíduos;**
- **Utilização racional dos recursos naturais e conservação da natureza;**

- **Gestão racional e conservação da energia;**
- **Concretização das formas alternativas de produção de energia;**
- **Desenvolvimento das tecnologias limpas e da reciclagem;**
- **Redução, reutilização e reciclagem de resíduos;**
- **Introdução de limitações muito rígidas à constituição de aterros e à co-incineração de resíduos tóxicos;**
- **Redução drástica do impacto ambiental das actividades produtivas e do sector dos transportes;**
- **Redução dos danos, ao nível do solo e da água, das actividades agrícolas;**
- **Promoção da qualidade de vida nas cidades;**
- **Preservação dos habitats naturais e das espécies em vias de extinção;**
- **Diminuição dos efeitos ambientais nas alterações climáticas;**
- **Insistência nas regulações e jurisdições transnacionais como forma de acautelamento de direitos das populações.**

Teremos também que assegurar que os europeus e os portugueses vençam o desafio da inovação tecnológica.

As novas tecnologias, que vieram alterar o mundo de forma irreversível, criam empregos e a Europa deve continuar a apostar na investigação científica preparando também os cidadãos para a Sociedade da Informação.

Saúde e Defesa dos Consumidores

A saúde pública tem vindo a constituir cada vez mais uma prioridade no compute da União Europeia, através do estabelecimento de programas que promovem elevados padrões de protecção da mesma.

Os deputados do PSD apoiarão o aprofundamento destes programas, dando prioridade nomeadamente às **novas acções que visem limitar a propagação da SIDA e a implementação do novo Programa de combate ao cancro.**

Também o combate à toxidependência terá de estar no centro de uma estratégia europeia prioritária de protecção da saúde dos cidadãos. Pugnaremos pelo desenvolvimento de acções que visem a redução do consumo de drogas, da mortalidade, do risco de infecção e da exclusão social.

A promoção duma política da saúde europeia deverá atender ainda à crescente mobilidade dos cidadãos e garantir um tratamento médico de qualidade a todos, dentro do espaço europeu. Nesta linha defende a criação de um Passaporte Europeu para a Saúde.

INDÚSTRIA

As Pequenas e Médias Empresas desempenham um papel vital na economia europeia gerando efeitos multiplicadores ao nível do emprego e da consolidação do tecido comercial e industrial.

Por esta razão acreditamos que os interesses das PME's têm de ser mais bem reflectidos na definição das políticas internas e externas europeias. Uma prioridade deverá ser a de promover uma maior competitividade das PME's portuguesas bem como de encorajar a sua internacionalização, do mesmo passo que se suscitem ou apoiem iniciativas para que haja controlo dos monopólios e medidas contrárias à “cartelização”.

Isto implica políticas correctas de apoio no plano interno e na negociação externa.

Haverá também que impedir no comércio externo da União face a países terceiros situações de clara concorrência desleal.

O PSD assim diligenciará, quer no quadro da negociação de novos acordos de comércio com países terceiros, quer no quadro do próximo ciclo negocial da Organização Mundial Comercial, o designado Millenium Round que deverá conduzir a novas liberalizações no comércio industrial e agrícola.

O PSD enquanto membro do PPE tem também assento na Associação Europeia das PME's que tem como objectivo promover e defender as especificidades das PME's europeias. Não deixaremos, pois, também neste quadro de pugnar pelos princípios da economia social de mercado e pela preservação de regras que assegurem uma concorrência leal.

O PSD compromete-se ainda a defender os interesses dos sectores mais sensíveis para Portugal e mais vulneráveis à pressão da liberalização externa nomeadamente face ao alargamento a Leste e à concorrência de outros países terceiros.

Pugnaremos consequentemente pela adopção de medidas de apoio específicas que permitam a estas indústrias ganhar a batalha da competitividade.

AGRICULTURA, MUNDO RURAL E PESCAS

O papel da agricultura na União Europeia (UE) continua hoje tão actual como no passado. Em primeiro lugar pela produção de alimentos e matérias primas em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as exigências dos consumidores.

Em segundo lugar por ser um pilar determinante no ordenamento do território pelo contributo que dá para a preservação do ambiente e das paisagens rurais e pela fixação de pessoas em zonas incapazes de atrair outras actividades económicas.

A Política Agrícola Comum (PAC) nasceu precisamente para responder a essa importância estratégica assim como às oscilações de rendimento e debilidades próprias da agricultura.

À medida que a UE se foi alargando, a PAC foi tentando adaptar-se às realidades agrícolas desses países, especialmente as da agricultura mediterrânica.

Apesar de alguns progressos realizados (como aconteceu na reforma de 1992 em que se duplicaram os apoios agrícolas a Portugal) a **PAC está muito longe de dar à agricultura portuguesa as respostas mínimas de que carece.**

Por essa razão, esperava-se na negociação desta nova reforma no quadro da Agenda 2000 que, ao definir-se uma Política Agrícola para um horizonte de 7 anos, fosse obtido para Portugal um conjunto de condições para dar resposta à sua situação específica de ser o Estado Membro com a agricultura mais atrasada e com o mais baixo nível de rendimento por agricultor (um terço da média da UE), o mais deficitário em matéria alimentar e ao mesmo tempo o menos beneficiado pela PAC (um quinto da média dos apoios concedidos a cada agricultor da UE). Por outro lado, e a acrescer a esta situação, os rendimentos dos agricultores portugueses baixaram 26% nos últimos dois anos. A negociação porém primou pelo fracasso, já que o Governo falhou a maioria dos objectivos negociais que ele próprio tinha fixado.

Por este conjunto de razões **os deputados do PSD comprometem-se, perante os agricultores, perante os seus eleitores e perante os portugueses em geral a contribuir para reorientar a PAC num sentido mais justo e equitativo, do qual resulte um contexto mais favorável ao desenvolvimento da agricultura portuguesa e à defesa dos interesses dos nossos agricultores.**

Nesse sentido o PSD:

- Bater-se-à para que seja concedido à agricultura portuguesa um enquadramento que respeite a sua especificidade e que assegure a sua existência durável e viável, isto é, a sua modernização e o seu desenvolvimento no futuro;

- Defenderá intransigentemente a reorientação dos apoios da PAC, por forma a favorecer os países e regiões estrutural e economicamente mais frágeis, as produções mediterrânicas mais representativas da nossa agricultura, as florestas, as orientações mais compatíveis com a defesa do ambiente e as pequenas e médias explorações com menores recursos e condições para fazerem face a um mercado crescentemente globalizado e concorrencial;
- Bater-se-à a favor da eliminação ou redução das restrições e limitações quantitativas (quotas e medidas de efeito equivalente) impostas à agricultura portuguesa e que dificultam significativamente o seu desenvolvimento;
- Defenderá a manutenção de uma protecção adequada da agricultura europeia face à concorrência, por vezes desleal e distorcida, de países terceiros;
- Contribuirá para que o próximo Quadro Comunitário de Apoio, permita salvaguardar os legítimos interesses dos agricultores, acelere o ritmo de modernização estrutural da nossa agricultura e não se reduza a uma operação de cosmética destinada essencialmente a financiar o Orçamento do Estado.
- Empenhar-se-á no reforço substancial da política de desenvolvimento rural para que, além da modernização estrutural, seja possível concentrar mais apoios nos agricultores das zonas desfavorecidas que são os que estão em maior risco de abandono, nos produtos de qualidade e

produtos típicos regionais, na segurança dos alimentos na sanidade animal e vegetal, nas medidas agro-ambientais e agro-florestais, assim como nas associações e cooperativas agrícolas de cuja boa organização e eficácia muito depende o futuro da nossa agricultura e do nosso mundo rural.

A política comum das pescas da União Europeia foi criada para dar resposta às necessidades de um sector económico com grande importância no emprego e com responsabilidade na manutenção de um equilíbrio social em vastas zonas do litoral europeu.

Neste momento o sector da pesca conhece uma situação de crise havendo que pugnar pela sua viabilidade a longo prazo.

A pesca tem em Portugal uma importância maior do que na generalidade dos outros Estados Membros da União Europeia como o comprova a existência da mais de 100 000 empregos directos e indirectos com as actividades de produção de comercialização e de comércio.

O PSD orientará a sua actuação, nesta matéria, pela defesa intransigente dos interesses nacionais.

A Coesão Económica e Social

Queremos para o futuro uma Europa mais coesa em que se atenuem e progressivamente se eliminem as disparidades económicas e sociais que ainda se verificam entre vários países e regiões europeus.

O PSD entende que **o reforço da coesão económica e social deve continuar a ser uma trave mestra da construção europeia, indispensável para fazer face aos novos desafios decorrentes da globalização económica, da criação da União Económica e Monetária e do próximo alargamento.**

Estar na moeda única não é incompatível, antes pelo contrário, com os benefícios da coesão.

Integrarmos o primeiro pelotão da moeda única vem indiscutivelmente colocar Portugal dentro do núcleo duro da decisão europeia. Contudo, este facto não promove, por si só, uma maior convergência real da economia portuguesa face às demais. Antes pelo contrário, as limitações impostas pelo Pacto de Estabilidade conferem uma importância acrescida ao papel dos fundos estruturais no desenvolvimento económico e social do nosso país.

Propomo-nos contribuir para uma aceleração da convergência real com os Estados Membros da actual União Europeia, colocando a economia portuguesa numa trajectória irreversível para alcançar os padrões de referência das economias mais desenvolvidas.

O PSD não abdicará de exigir que Portugal tenha os seus interesses bem defendidos nesta matéria e que os cidadãos portugueses vejam satisfeitas as suas expectativas de alcançarem níveis de bem estar compatíveis com os demais cidadãos europeus.

De sublinhar ainda, no contexto da coesão, o apoio às regiões ultraperiféricas da Madeira e dos Açores.

REGIÕES AUTÓNOMAS

O PSD sempre tem reconhecido o contributo decisivo das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para a dimensão atlântica de Portugal e da Europa. Com o território continental, os Açores e a Madeira compõem um importante triângulo estratégico que valoriza o país e constitui traço natural de união entre a Europa e a América.

A condição arquipelágica torna, contudo, bem mais complexas as tarefas de desenvolvimento destas regiões. Consciente desta complexidade, o PSD promoveu, desde a adesão de Portugal à União Europeia, a adopção de respostas dirigidas às necessidades próprias dos Açores e da Madeira.

Assim surgiu o conceito de ultraperiferia que começou por ser enunciado na Cimeira de Rhodes, mereceu depois uma Declaração Anexa ao Tratado de Maastricht, para, finalmente, ser consagrado no articulado do Tratado da União Europeia, em Amesterdão.

Estão, pois, reunidas as condições formais para, a partir do reconhecimento de singularidades que claramente se identificam, se assegurar especificidade nas respostas.

Importa, agora, **dar conteúdo prático aos princípios consagrados, levando mais longe a experiência de que os Programas POSEI, criados exclusivamente para as Regiões Ultraperiféricas, foram percussores.** Esta é uma tarefa em que os Deputados do PSD ao Parlamento Europeu se empenharão com a coerência e a convicção de sempre.

A Europa no Mundo

Os deputados do PSD terão no Parlamento Europeu um papel de alerta para os grandes problemas da Europa no Mundo de hoje, certos de que só deste modo daremos realização aos objectivos estratégicos a que nos propusemos.

Assim, para nós, a Europa será sempre, face ao Exterior um ponto de referência na defesa dos Direitos do Homem, como pilar básico das relações externas da União, no diálogo com os Países Terceiros, no auxílio aos Países menos desenvolvidos, particularmente os de expressão portuguesa e na Defesa da Paz no Mundo.

Pugnaremos por um reforço da política de cooperação da União nomeadamente no quadro da Convenção de Lomé com os países de África, Caraíbas e Pacífico e pelo desenvolvimento de acções especificamente dirigidas às reais necessidades dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

As relações com a América Latina e nomeadamente com o Mercosul, países a que nos unem importantes laços devem também ser devidamente valorizadas.

Neste quadro e como deputados eleitos por Portugal, bater-nos-emos pela defesa incondicional dos direitos do povo de Timor Leste, particularmente o direito à livre escolha do seu destino enquanto povo.

A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DO PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu é o único órgão da União Europeia cujos titulares têm uma legitimidade que assenta directamente no voto dos cidadãos.

O défice democrático repetidamente apontado ao processo de construção europeia obrigou a reforçar o poder do Parlamento Europeu que, com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão a 1 de Maio de 1999, passou a ser chamado a co-decidir com o Conselho num maior número de áreas, com grande relevância para a vida dos cidadãos.

Por isto se tornou decisiva e indispensável a intervenção dos deputados eleitos directamente por todos os cidadãos europeus, como empenhados defensores dos seus direitos e porta-vozes atentos dos seus interesses e das suas aspirações.

Assim, é essencial que os portugueses através do seu voto contribuam para as decisões que se espelham nos interesses nacionais e bem assim na vida de cada um dos eleitores.

O PSD no Parlamento Europeu continuará a defender firmemente os interesses do nosso país interferindo em áreas chave como os fundos estruturais, as PME's, a política agrícola, o meio ambiente, a saúde e os direitos do consumidor, a educação e também a defesa acérrima dos Direitos Humanos.

Na próxima legislatura pretendemos continuar a trabalhar mais e melhor, estreitando laços com os cidadãos, empresas e outros agentes económicos portugueses que queiram ajudar-nos a construir uma Europa melhor e de Paz.

AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

Pugnamos por uma União Europeia forte, o que significa que esta deve ter Instituições fortes e eficazes: Parlamento, Conselho e Comissão.

Perspectiva-se um novo alargamento da União Europeia, o que poderá obrigar a alguns ajustamentos no funcionamento das Instituições. Contudo, não somos favoráveis a que a UE entre num processo de revisão contínua do Tratado. Recorde-se que o Tratado de Amesterdão acabou de entrar em vigor no passado dia 1 de Maio.

Tornar as Instituições Europeias mais fortes, eficazes e próximas do cidadão não requer necessariamente uma revisão do Tratado, mas sobretudo uma re-organização interna do funcionamento das mesmas.

Defendemos uma revisão do Tratado que proporcione mais democracia na legitimação e nos procedimentos mais transparência, maior aproximação aos cidadãos e menos tecnocrata. Visamos sobretudo uma União que funcione melhor e um maior equilíbrio entre eficiência e transparência.

Pugnaremos neste contexto para que o equilíbrio entre Estados membros - pequenos, médios e grandes - se mantenha no futuro.

Não aceitamos uma Europa com um núcleo duro formado por um directório reservado aos Estados mais ricos e populosos, nem aceitamos que a estes Estados seja conferido mais poder decisório relativo, nomeadamente a nível do Conselho.

Pretendemos que se mantenha uma representação justa de todos os Estados membros em todas as Instituições da União Europeia.

No Conselho, a Presidência rotativa semestral por todos os Estados membros deve ser mantida.

Ajustamentos à ponderação de votos no Conselho em cada Estado terão de ser rigorosamente ponderados, tendo em vista não baixar o limiar de votos necessário à maioria qualificada.

Numa União alargada não poderá aplicar-se generalizadamente a regra da unanimidade, mas esta deve ser mantida para os temas de especial relevância política em termos das vontades nacionais com a revisão dos Tratados, o alargamento da União, os acordos internacionais relevantes, o regime linguístico, entre outras.

A Comissão Europeia terá obrigatoriamente que continuar a integrar membros de todos os Estados membros. Não será aceitável a existência de diferenças de estatuto entre Comissários - todos deverão ter pleno assento no Colégio e um mesmo poder de voto.

O Parlamento Europeu, única Instituição Europeia eleita por sufrágio universal, deve ver os seus poderes progressivamente reforçados.

Deve manter-se a proporcionalidade regressiva entre o número de deputados e a população de cada Estado membro, em ordem a beneficiar os Estados membros menos populosos.



R. de São Caetano à Lapa, nº 9 - 1249-087 Lisboa
Telef. : 395 21 40 Fax: 397 69 67
E-mail psd@mail.telepac.pt